



Comissão Permanente de Pregão III

DECISÃO DO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.064/2025

Processo de Recurso nº 33.409/2025 - Processo Licitatório n.º 11.419/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS, para atender as necessidades das dependências da nova Unidade de Urgência e Emergência em Lumiar.**

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 38.408.899/0001-59, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação das empresas **AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 37.885.137/0001-80, e **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 54.322.844/0001-88, no bojo do Pregão Eletrônico n.º **90.064/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico supracitado, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada a proposição no dia 08/09/2025, pela empresa **EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que habilitou as empresas **AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA e ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, doravante denominadas Recorridas, **como**



Comissão Permanente de Pregão III

provisoriamente vencedoras, respectivamente, dos itens 11 (onze) e 18 (dezoito) do Termo de Referência. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

II) DOS RECURSOS

A Recorrente interpôs, tempestivamente concernente ao item 11, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando oposição à fase de julgamento das propostas apresentadas pelas empresas Recorridas, no que tange, respectivamente, aos itens de n.º 11 e 18. Para melhor clareza e análise, subdivido a seguir a síntese das alegações apresentadas referente ao **Item 11**, a Recorrente alega que a empresa **AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, licitante classificada em terceiro lugar, apresentou proposta para o fornecimento do equipamento marca General Meditech, modelo G3D, ao valor de R\$ 5.983,00, valor este considerado inexecutável, uma vez que representa um desconto de 59,52% em relação ao valor estimado no edital, fixado em R\$ 14.781,71. Em razão de o preço ofertado ser inferior a 50% do valor orçado, a Recorrente aponta que foi solicitado à licitante que comprovasse a exequibilidade do valor proposto. Em atendimento, a licitante apresentou planilha de exequibilidade e nota fiscal de compra. No entanto, a Recorrente aduz que, após análise da documentação juntada, verificou que o equipamento constante na nota fiscal e na planilha apresentada corresponde à versão básica do modelo G3D, sem o parâmetro de pressão invasiva, requisito obrigatório previsto no edital. A nota fiscal demonstra que o custo do equipamento básico é de aproximadamente R\$ 4.800,00, evidenciando que o preço ofertado está vinculado a um equipamento inferior às especificações do instrumento convocatório. Diante disso, a Recorrente sustenta que, ao manter a proposta de preço apresentada com base em equipamento básico, a licitante ora Recorrida não atenderia aos requisitos técnicos exigidos, o que poderia resultar na entrega de equipamento em desconformidade com o edital. Por fim, solicita que, caso a licitante reitere que entregará o



Comissão Permanente de Pregão III

equipamento modelo G3D com o parâmetro de pressão invasiva, seja realizado acompanhamento rigoroso da entrega, a fim de garantir a conformidade do objeto licitado, colocando-se, inclusive, à disposição para acompanhar o referido processo.

Quanto ao **Item 18**, do mesmo modo, a empresa Recorrente apresentou recurso à habilitação da licitante **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, classificada com a proposta de fornecimento do equipamento da marca CMOS Drake, modelo RUAH, pelo valor de R\$ 25.000,00. Inicialmente, a Recorrente sustenta que o valor apresentado é inexequível, tendo em vista que o item 18 possui valor estimado de R\$ 55.170,34, e a proposta da licitante representa um decréscimo de 54,68% em relação ao orçamento estimado. Diante disso, alega que, nos termos da legislação vigente, cabe à Comissão de Licitação solicitar comprovação de exequibilidade, considerando o percentual elevado de desconto. Em reforço à sua alegação, a Recorrente informa que solicitou diretamente à fabricante CMOS Drake um orçamento do equipamento RUAH, tendo recebido como resposta o valor de R\$ 26.422,36, o que, segundo argumenta, confirma que o valor de R\$ 25.000,00 ofertado pela Recorrida estaria abaixo do próprio custo do equipamento, conforme informado pela fabricante. Desse modo, a Recorrente questiona como a empresa licitante poderia comercializar o equipamento por R\$ 25.000,00, sendo que o fabricante, conforme orçamento anexado, informa custo superior a esse montante. Com base nisso, sugere à Comissão de Licitação que seja exigida da licitante a apresentação de nota fiscal de compra emitida pela fabricante CMOS Drake, contendo claramente a marca e o modelo do equipamento ofertado, para fins de comprovação da exequibilidade do valor proposto. Alega ainda que não deve ser aceita, de forma isolada, a apresentação de planilha de exequibilidade, devendo ser exigida documentação fiscal que comprove a viabilidade da proposta. Por fim, requer que, caso a licitante Recorrida mantenha a intenção de entregar o equipamento RUAH pelo valor ofertado, seja realizado o acompanhamento da entrega do item, a fim de garantir que o produto fornecido esteja em conformidade com as exigências editalícias, reiterando solicitação semelhante feita no item anterior.



Comissão Permanente de Pregão III

III) DAS CONTRARRAZÕES

Concedido o prazo legal para manifestação, as empresas recorridas deixaram de apresentar contrarrazões.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à exequibilidade do valor ofertado pelas empresas Recorridas.

No que se refere à análise técnica das propostas das empresas Recorridas, cabe ressaltar que foi solicitada manifestação formal do Órgão requisitante, acerca das especificações dos produtos ofertados. Em resposta, a área técnica manifestou-se favoravelmente, após análise do catálogo.

Desta feita, a reapreciação e manifestação da Unidade Requisitante será fundamental para subsidiar a análise de exequibilidade da proposta, bem como para resguardar a Administração quanto à adequada execução do objeto contratual. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

V) DA ANÁLISE TÉCNICA

Diante do exposto, o presente processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, unidade requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos



Comissão Permanente de Pregão III

suscitados no recurso, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021 e do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025.

No tocante aos aspectos técnicos, após detida verificação dos descritivos e características dos itens 11 e 18 licitados, conclui-se que as empresas habilitadas atenderam integralmente às exigências editalícias, razão pela qual esta Subsecretaria ratifica e aprova os respectivos descritivos técnicos apresentados.

Quanto à questão financeira, considerando os valores ofertados e a natureza dos itens, entende-se prudente a realização de diligência complementar junto à empresa recorrida, com vistas a comprovar sua capacidade técnica e operacional para fornecimento dos produtos nos preços propostos, em observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa à Administração e à verificação da exequibilidade da proposta.

VI) DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Considerando a análise, verificou-se que a empresa habilitada atendeu integralmente às exigências editalícias, apresentando documentação suficiente para comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, nos termos dos arts. 67, 69 e 70 da Lei nº 14.133/2021.

No tocante à alegação de inexecuibilidade dos valores ofertados, cumpre esclarecer que, de acordo com o artigo 71 da referida Lei, a Administração poderá promover diligências complementares somente quando houver dúvida justificada acerca da veracidade ou suficiência das informações apresentadas.

No presente caso, não se verificam inconsistências ou lacunas que justifiquem nova diligência, uma vez que toda a documentação necessária à comprovação da habilitação e exequibilidade das propostas já se encontra devidamente instruída no processo.



Comissão Permanente de Pregão III

Destaca-se, ainda, que as licitantes apresentaram notas fiscais de fornecimentos anteriores de materiais similares, demonstrando capacidade técnica e operacional compatível com o objeto licitado, o que reforça a confiabilidade e a exequibilidade de suas propostas.

Importa ressaltar que, conforme o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e o artigo 12, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a atuação administrativa deve pautar-se pelos princípios da eficiência, razoabilidade e instrumentalidade das formas, de modo a evitar o excesso de formalismo que não contribua para o alcance do interesse público.

Assim, a dispensa de diligência neste momento encontra respaldo na busca por um processo objetivo, célere e suficientemente instruído, sem prejuízo à ampla defesa ou à transparência do certame.

VII) DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.064/2025, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão III

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 14 de outubro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036